



PERSPECTIVAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 8, Nº 2 (ESPECIAL), 2023, P. 218-235
ISSN: 2448-2390

Outras histórias: narrativa histórica dominante e resistência¹

Other Stories: dominant historical narrative and resistance

DOI: 10.20873/rpv8n2-82

Tessa Moura Lacerda

Orcid: 0000-0002-4465-9371

Email: tessalacerda@gmail.com

Resumo

Lélia Gonzalez, filósofa feminista negra brasileira, em texto publicado em 1982 relativiza a narrativa histórica dominante, que denomina “história oficial”, segundo a qual o brasileiro é cordial e nossa história, um modelo de soluções pacíficas de conflitos. As palavras de Lélia Gonzalez ressoam de maneira impressionante palavras de Marilena Chauí em texto do mesmo período. A sociedade brasileira, dirá Marilena Chauí, é fundamentalmente autoritária e violenta. Mas há uma história de resistência, uma história que não foi escrita. Gostaríamos de refletir sobre esse jogo entre a dominação de uma história oficial e a resistência de uma história não escrita, abrangendo não apenas a questão negra, mas também a ditadura brasileira de 1964-85 – neste caso, a partir das reflexões recentes de Heloísa Starling, Newton Bignotto e Miguel Lago sobre o governo de Jair Bolsonaro, herdeiro direto da ditadura. Se a história brasileira não escrita é uma história de luta e resistência de minorias, como entender este momento de crise da democracia que vivemos hoje? A resistência cultural passiva é suficientemente forte para conseguirmos escapar do autoritarismo em seu estado mais brutal?

Palavras-chave

Democracia. Ditadura brasileira (1964-85). Lélia Gonzalez. Marilena Chauí.

Abstract

Lélia Gonzalez, a black Brazilian feminist philosopher, in a text published in 1982 relativizes the dominant historical narrative, which she calls “official history”. According to this narrative, Brazilians are cordial and our history would be a model of peaceful solutions to conflicts. Lélia Gonzalez’s words resonate impressively with those of Marilena Chauí in a text from the same period. Brazilian society, Chauí said, is fundamentally authoritarian and violent. But there is a history of resistance, a history that has not been written. In this text, we want to reflect on this game between the domination of an official history and the resistance of an unwritten history, encompassing not only the black question, but also the Brazilian dictatorship of 1964-85 – in this case, from the recent reflections of Heloísa Starling, Newton Bignotto and Miguel Lago on the government of Jair Bolsonaro, direct heir of the dictatorship. If unwritten Brazilian history is a history of minority struggle and resistance, how can we understand this moment of crisis of democracy that we are experiencing today? Is passive cultural resistance strong enough to escape authoritarianism in its most brutal state?

¹ Este texto foi originalmente apresentado no “Colóquio Paradoxos da Emancipação – Entre democracia e autoritarismo: as ambivalências do conhecimento”, realizado nos dias 2 e 3 de março de 2023 na FFLCH- USP.

Keywords

Democracia. Brazilian dictatorship (1964-1985). Lélia Gonzales. Marilena Chauí.

1. Tempo, História e Construção

O tempo, este objeto filosófico por excelência, é linear e progressivo? Organiza-se como passado, presente e futuro, numa ordem inexorável em direção a um futuro que torna o presente fugidio e transforma o passado em algo necessário?

Leibniz define o tempo como uma ordem de relação entre as e das coisas que são sucessivas. Mas esse mesmo filósofo entende que o mundo inteiro que se realiza progressivamente no tempo está plenamente realizado enquanto ideia, está envolvido na mente de Deus, antes da criação, antes do *fiat* que coloca as coisas criadas em movimento. Será? É por isso que muitas das interpretações sobre a filosofia de Leibniz ao longo dos últimos séculos o definem como fatalista, de Arnauld a Voltaire, de intérpretes da lógica leibniziana como Louis Couturat ao que poderia ser dito o senso comum a respeito de Leibniz: não só o passado é necessário, porque não pode ser mudado, mas até mesmo o futuro, uma vez que está não apenas previsto pela mente de Deus, mas predeterminado pela própria essência das coisas, se torna necessário – ainda que Leibniz nomeie essa necessidade hipotética, para diferenciá-la de uma necessidade metafísica ou matemática, cujo oposto é impossível. Ainda assim, Leibniz será fortemente criticado, ironizado e ridicularizado por esse suposto fatalismo.

Ora, a questão é que a mesma tese que leva à afirmação de um suposto fatalismo, a saber, o mundo inteiramente determinado e envolvido na mente de Deus entre outros mundos possíveis, pode nos levar também a entender a possibilidade de conceber o tempo como simultaneidade ou coexistência de todos os tempos, sempre. Basta que não espacializemos o tempo, isto é, que não o tomemos como uma linha, ou como linear e progressivo. Basta que possamos entender que em cada momento do tempo presente, estão contidos todos os tempos que se desenrolaram como passado e que se desenrolarão como futuro. A mônada, a substância singular leibniziana – que impressionou filósofos do século XX como W. Benjamin e G. Deleuze – nos presenteia justamente com a possibilidade de pensar o tempo como coexistência de todos os

tempos. Se Leibniz define o tempo como uma ordem de relação das coisas que são sucessivas, importa notar que são sucessivas para nós, para nossa percepção, de seres finitos, incapazes de apreender, como Deus, simultaneamente infinitos elementos por meio da intuição. Somos nós também que percebemos as coisas dentro dessa ordem: passado, presente e futuro, por nossa incapacidade de apreensão simultânea de infinitos elementos pela intuição. Vale notar também que, distanciando-se de uma tradição de mais de vinte séculos, essa possibilidade de pensar o tempo como simultaneidade de passado, presente e futuro, nos permite dizer que Leibniz temporaliza o espaço – para brincar com esse problema filosófico da espacialização do tempo. O tempo é parte integrante da definição de espaço, em Leibniz, não o contrário.

Dito isso, o que proponho aqui hoje é uma volta no tempo e, em certa medida, a revisão dessa interpretação do tempo como linear, sucessivo e progressivo, no qual passado, presente e futuro ordenam-se assim de maneira inexorável e irremediável. Interpretação que remonta à definição que Aristóteles dá do tempo em sua *Física*, e que, segundo G. Agamben, “determinou por dois mil anos a representação ocidental do tempo, (...) um *continuun* pontual, infinito e quantificado.” (AGAMBEN, 2014, p.111) Ainda segundo Agamben nossa mente representa o tempo de acordo com uma concepção espacial – a antiguidade greco-romana representa o tempo como circular e contínuo; a modernidade ocidental como linear e progressivo. Interpretação que no caso da filosofia de Leibniz foi consagrada como a única interpretação do tempo em Leibniz, ao longo da história canônica da filosofia, começando já o século XVII, com Arnauld, em sua correspondência com Leibniz, e com Pierre Bayle, no artigo “Rorarius” de seu *Dicionário histórico crítico*. Interpretação que ressoará, no XVIII, na pena irônica de Voltaire, em seu *Cândido, ou o otimismo*, e na obra de D. Diderot, *Jacques, o fatalista, e seu amo*.

Mas Leibniz aqui nesta minha proposta é um exemplo, quase um mote, e não o objeto propriamente de nossa análise. O pensamento de Leibniz sobre o tempo é exemplar para nosso tema porque, embora tenha permitido a autores como W. Benjamin e G. Deleuze vislumbrar uma concepção de tempo como simultaneidade e coexistência, concepção que se afasta da ideia de um tempo linear e progressivo; ainda assim esse pensamento foi interpretado por pelo menos três séculos como um pensamento ingênuo e fatalista, que acredita no progresso para o

melhor, do mundo e do gênero humano – e vale ressaltar que ainda hoje os apostos de “ingênuo” e “fatalista” são aqueles que se colam ao nome de Leibniz de maneira mais imediata.

Mas, como eu dizia, Leibniz é nosso exemplo de como as interpretações podem ser questionadas, as interpretações podem ser reconstruídas e o passado pode ser reinventado no presente, mudando os rumos que nos levarão ao futuro – aqui jogando ainda com a ideia de linearidade. E é um exemplo interessante porque o que nos interessa neste pensamento hoje é justamente a ideia de *tempo*.

Nosso objeto mesmo, hoje, são principalmente as interpretações oferecidas por duas filósofas brasileiras que refletem sobre nossa *história*. Então por que começar com uma explanação sobre o tempo? Ora, qual a relação que há entre tempo e história? De algum modo, concordando com G. Agamben, a toda noção de história está subentendida uma noção de tempo: “toda concepção da história é sempre acompanhada de certa experiência do tempo que lhe está implícita, que a condiciona e que é preciso, portanto, trazer à luz.” (AGAMBEN, 2014, p.109).

A minha proposta de voltar no tempo – ou rever a história – tem como meta a ideia de que o passado pode sim ser reescrito e, para isso, é preciso: 1º. pensar o tempo nos distanciando de uma concepção que espacializa o tempo como uma linha progressiva rumo ao futuro; e 2º. refletir sobre a escritura da história, a narrativa construída da história, entendendo, por um lado, que se trata de uma construção negociada – para retomar uma ideia proposta pela feminista indiana Gayatri Spivak – e, por outro, que essa negociação nem sempre é feita às claras, pois serve a uma política – e aí gostaria de retomar as palavras de Muniz Sodré, quando afirma que “a todo grande sistema filosófico (de um modo geral, inoperante na articulação de sistemas real-históricos) subjaz uma política – impensada por esse mesmo sistema” (SODRÉ, 2017, p. 8-9).

Sobre o 1º. ponto: como nos distanciar de uma concepção de tempo que o espacializa? Sugiro três exemplos. Um aforismo nagô afirma que “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que atirou hoje”. Walter Benjamin propõe a ideia de que o passado emerge no presente, num momento de perigo e, neste momento, precisamos retomar esse passado e recriá-lo – guardemos isso para nossa reflexão sobre o Brasil de hoje que faremos mais adiante. Gilles Deleuze,

que vê em Leibniz “um exímio criador de conceitos” (DELEUZE, 2006, p. 21) e, por isso filósofo por excelência segundo a definição dele, critica Leibniz, quase como uma decepção de um leitor que não pode seguir seu mestre, mas que precisa ultrapassá-lo, por não ter ido tão longe no pensamento da contradição. Vale observar que Exu é o orixá da contradição e não à toa trago aqui o aforismo famoso que faz referência a ele. Pois bem, segundo Deleuze (2018, p. 163-167), Leibniz estava no caminho certo quando pensou infinitos mundos possíveis, infinitas séries, divergentes, de acontecimentos. Mas não foi tão longe porque deixou que essa divergência impedisse a convivência (harmônica) das séries. Ora, sugere Deleuze, a obsessão com a harmonia e a ideia de impossibilidade, de infinitas possibilidades que não podem conviver, é o que precisa ser ultrapassado: as séries divergentes convivem simultaneamente – eu diria que elas podem conviver seja através da memória, seja através da imaginação, seja através a inventividade. Isso é fundamental para a recriação do pensamento de Leibniz hoje. A sugestão de Deleuze nos leva a pensar que as séries que não tiveram realidade no tempo, mas que poderiam ter tido, são a fonte da possibilidade de reescrever o passado no presente, resignificando-o e nos facultando outros futuros possíveis. Assim, e em consonância com a sugestão de W. Benjamin, de que o passado histórico pode emergir no presente em um momento de perigo, leio em Deleuze a possibilidade de emergência desse passado no presente a qualquer momento, porque as séries divergentes de acontecimentos convivem aqui agora sempre, como possibilidades. Possibilidades que podem se recriadas, retomadas e reinventadas e que nos permitem reescrever a história.

Sobre o 2º. ponto, a ideia de que a história é uma narrativa construída, negociada e que, de alguma maneira, está ligada a uma política (levando mais longe a relação que Muniz Sodré traça entre sistemas filosóficos e política), gostaria de retomar a diferença proposta por Fernando Novais, entre história e historiografia: “História tem dois significados: primeiro significa todo acontecer humano em todo tempo e em qualquer lugar. O segundo é a narrativa desse acontecer. É claro que no primeiro sentido todas as sociedades humanas têm história; no segundo sentido, nem todas.” (NOVAIS, 2005, p. 378). O que significa pensar em uma história não escrita? Ou, antes, histórias não escritas? E o que significa pensar isso a partir de nossa situação

– situação como *situs*, no sentido leibniziano, a partir de onde nos relacionamos com tudo e com todos; nossa perspectiva, nosso ponto de vista sobre a totalidade de que fazemos parte –?

A história é uma narrativa construída, negociada, como afirma Gayatri Spivak (2019, p. 251). E, pensando no Brasil, negociada por quem e para que?

2. Salto: Brasil e sua história recente

Brasil, 30 de outubro de 2022: Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente com uma margem de apenas 1,8% dos votos válidos – Lula recebeu 50,9% dos votos válidos, e Jair Bolsonaro (PL), 49,1%. Como foi amplamente comentado no Brasil, entre os analistas políticos, mas também entre intelectuais e pessoas preocupadas com os rumos do país e de nossa jovem democracia, não se tratava ali de uma escolha entre dois projetos distintos dentro do campo democrático, um projeto de centro-esquerda e um projeto de extrema direita, como queriam fazer supor alguns veículos de comunicação. Mas sim de um *projeto de defesa da democracia* e que pretende, como já vimos até agora, nestes 60 dias de governo, resgatar as instituições de nossa República, ou seja, fortalecer nossas instituições democráticas e retomar os direitos de camadas da população historicamente marginalizadas e subalternizadas, de um lado; e de um *projeto de destruição* da coisa pública, de outro lado. Esse projeto de destruição estava claro desde os primeiros dias do (des)governo de Jair Bolsonaro, quando este, por exemplo, em jantar na residência do embaixador brasileiro em Washington, EUA, em 17 de março de 2019, afirmou que “O Brasil não é um terreno aberto, onde nós pretendemos construir coisas para nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer” (STARLING; LAGO; BIGNOTTO, 2022, p. 12). Buscando explicações para o fenômeno do bolsonarismo e da crise da democracia brasileira observada desde o segundo momento dos protestos de 2013, passando pelo *impeachment* da presidenta Dilma em 2016 e pela eleição de J. Bolsonaro em 2018, Heloísa Starling, Newton Bignotto e Miguel Lago, afirmam que

não temos referência histórica para a situação em nos encontramos hoje – note-se que o livro foi escrito e publicado ainda durante o governo de J. Bolsonaro – O plano de poder de Bolsonaro é inédito e sustenta uma empresa de destruição. É claro que não se trata de pensar que todas as ações de governo e de seus apoiadores são calculadas e pautadas por um projeto racional que indica todos os

caminhos a serem percorridos. Olhando, no entanto para o que foi feito até aqui, o observador externo pode ser levado a concluir que o governo sabe o que quer e que a desconstrução tem método (STARLING; LAGO; BIGNOTTO, 2022, p. 12).

O que foi feito, ou desfeito ao longo dos quatro anos de governo da destruição de J. Bolsonaro? Para citar apenas alguns exemplos “singelos”:

- *Projeto de extermínio da população indígena da Amazônia*, com destaque para o povo Yanomami, que – como descobrimos neste primeiro meses de governo Lula – estavam deixados para morrer numa atitude deliberada de envenenamento dos rios e desmatamento da floresta por meio da permissão da atividade de garimpo na região que deveria ser protegida como área de reserva indígena. O assassinado do indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, que investigavam as atividades de garimpo na região não é uma coincidência...
- *680 mil pessoas mortas por Covid-19*, durante um governo que recusou as ofertas de fabricantes de vacinas como a Pfizer. A CPI da Covid-19 demonstrou a ação deliberada do governo de J. Bolsonaro não apenas para deixar morrer, mas para fazer morrer – a população brasileira como um todo, mas obviamente quem foi mais atingido, como sempre é, foi a população negra e pobre das periferias e favelas². Isso como um aspecto da naturalização da morte como “um passo essencial para a apologia da violência que fazem os partidários de Bolsonaro.”: como afirma Bignotto,

² Uma pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária e divulgada em setembro de 2021 apontou que mulheres negras morrem mais de covid-19 do que todos os outros grupos (mulheres brancas, homens brancos e negros) na base do mercado de trabalho, independentemente da ocupação. De acordo com a mesma pesquisa, homens negros morrem mais por covid-19 do que homens brancos independentemente da ocupação.

<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/> Consultado em 21/11/2021

A Rede de Pesquisa Solidária é formada mais de 40 pesquisadores e várias instituições de apoio que sustentam as pesquisas voltadas para acompanhar, comparar e analisar as políticas públicas que o governo federal e os estados tomam diante da crise. Cf. <https://jornal.usp.br/ciencias/rede-de-pesquisa-solidaria-acesse-as-ultimas-noticias/> Consultado em 25/07/2022.

Não se trata apenas de uma retórica agressiva (...). Nos dois últimos anos, o Congresso aprovou leis e decretos que facilitam a circulação de armas e dificultam as investigações para a punição de perpetradores de massacres (BIGNOTTO, 2022, p. 155)³

- O ano de 2021 terminou com a volta do Brasil ao mapa da fome.
- A situação das universidades e agências de fomento, cujo repasse de verbas foi várias vezes ameaçado⁴ ;
- A ampla campanha para desacreditar a ciência e a produção científica brasileiras...

Tudo isso leva a crer, com N. Bignotto, que a “única face visível do regime [de J. Bolsonaro] seja a da destruição”⁵. Esse projeto de destruição não é, todavia, exclusividade do Brasil e de Jair Bolsonaro, trata-se de uma “ação de desmanche da democracia praticada por governantes eleitos. [que] avançam de modo sistemático numa corrosão por dentro do sistema” (STARLING; LAGO; BIGNOTTO, 2022, p. 9-10) Bolsonaro tem como pares governantes como Viktor Orbán, na Hungria; Erdogan, na Turquia; Putin, na Rússia; Trump, nos Estados Unidos... entre outros, que através de suas ações como governantes degradam a ordem política, o sistema judicial, a mídia...

Mas o que há de peculiar no caso brasileiro? Onde esse projeto de destruição e corrosão das instituições democráticas – tudo feito aparentemente dentro das regras do jogo democrático – encontrou um terreno para florescer?

É aqui que nos reencontramos com nosso tema e com a relação entre tempo e história e, mais que isso, com a dissociação entre história e historiografia, ou com a oposição entre *história oficial* e *história não escrita*, ou entre *narrativa dominante* e *as outras histórias*.

³Vide o recente massacre ocorrido em Mato Grosso durante uma partida de sinuca: 7 pessoas assassinadas, entre elas uma menina de 12 anos, porque um adepto do bolsonarismo que tinha x armas em casa não suportou a ironia dos demais por perder no jogo. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/02/26/chacina-na-sinuca-novos-videos-mostram-como-derrota-em-jogo-foi-o-estopim-para-matanca.ghtml> (Consultado em 10/07/2023)

⁴ Vide, por exemplo, o caso da UFBA: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/17/com-corte-de-bolsonaro-ufba-tem-menor-orcamento-em-11-anos-barbarie-diz-reitor> (consultado em 10/07/2023).

⁵ Bignotto, N. IN Starling, H.; Lago, M.; Bignotto, N., *Linguagem da destruição. A democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.166.

3. A história oficial e as histórias não escritas

Lélia Gonzalez, filósofa feminista negra brasileira, em texto de 1979 afirma que vários intelectuais brasileiros “não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental” (GONZALEZ, 2020, p. 31) e sucumbem a um neocolonismo cultural na análise do Brasil; em texto publicado em 1982 relativiza a narrativa histórica dominante, que denomina “história oficial”, segundo a qual o brasileiro é cordial e nossa história, um modelo de soluções pacíficas de conflitos: “Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente” (GONZALEZ, 2020 b, p. 50).

Essas palavras de Lélia Gonzalez ressoam de maneira impressionante palavras de Marilena Chauí em texto do mesmo período, “O homem cordial, um mito destruído à força”:

O mito da não violência brasileira foi construído graças a dispositivos ideológicos precisos (...). A história oficial do país é construída de modo linear, contínuo e progressivo, suas datas e seus feitos coincidindo com a imagem que a classe dominante tem de si mesma – do 10 de abril de 1500 ao ‘Pacote de Abril de 1977, passando pelo 1º de abril de 1964, não há solução de continuidade, de sorte que acontecimentos como as revoltas de Palmares, Balaiada, Praieira, Canudos, Contestado, Muckers, Farrapos, as greves no campo em 1870, as greves urbanas durante todo o século XX, as Ligas Camponesas no início de 1960, as lutas de posseiros e garimpeiros contra os índios, para enumerar apenas alguns fatos, aparecem como se fossem momentos de irracionalidade e de imaturidade num povo inculto (CHAUÍ, 2013a, p. 240-241).

A sociedade brasileira, dirá Marilena Chauí, é fundamentalmente autoritária e violenta (cf. CHAUÍ, 2013b). Mas há uma história de resistência, uma história que não foi escrita, segundo Lélia Gonzalez, uma história que ocupa o lugar da memória e não o da consciência, consciência que faz tudo para que a história não narrada seja esquecida, mas “a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso ela fala através das mancadas do discurso da consciência” (GONZALEZ, 2020c, p. 79). Se a história oficial fala das pessoas negras como objeto e não permite que sejam sujeitos de sua história, uma resistência passiva e cultural atua continuamente na sociedade brasileira: os “vencidos” ganharam há muito tempo a batalha cultural.

Se a história brasileira não escrita é uma história de luta e resistência de minorias, como entender este momento de crise da democracia que vivemos hoje? A resistência cultural

passiva é suficientemente forte para conseguirmos escapar do autoritarismo em seu estado mais brutal?

Precisamos refletir sobre esse jogo entre a dominação de uma história oficial e a resistência de uma história não escrita, abarcando não apenas a questão negra, mas também a ditadura brasileira de 1964-85, porque é ali, na ditadura, como a ponta de um fio que precisa ser puxado e trazido a lume (e que como “ponta” de um fio ou de um iceberg envolve, portanto, muito mais coisa) que, nos parece, se encontra a peculiaridade brasileira para o fenômeno contemporâneo de corrosão das democracias como regime de governo pelo interior mesmo do sistema – trata-se de uma corrosão por dentro, com a utilização dos instrumentos propriamente democráticos, como a eleição por voto direto, por exemplo.

Aquilo de que falam Marilena Chauí e Lélia Gonzalez mostra a enormidade do iceberg, ou no novelo a ser desenrolado, para pensar sobre nosso modo de ser brasileiro, mas a questão da ditadura de 1964-85 pode servir para exemplificar e trazer à luz a questão da *violência* como elemento definidor da sociabilidade brasileira – ao contrário das narrativas que buscam enfatizar a cordialidade, a gentileza e até mesmo a graça da malandragem como marcas de nossa sociedade.

Cito mais uma vez Jair Bolsonaro, então deputado federal, durante a sessão especial de 17 de abril de 2016 no Congresso Nacional:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade (...) pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos. O meu voto é ‘sim’ (Bolsonaro apud STARLING, 2022, p. 71-72).

Heloísa Starling destaca a encenação do deputado que visava mesmo quebrar o protocolo e provocar choque – não havia espontaneidade da fala, rememorada inúmeras vezes pela anotação que ele levava em sua mão esquerda e interrompida pela mesa. Bolsonaro estava ali, afirma a historiadora, constituindo uma realidade própria e falando uma nova língua. Ora, essa nova linguagem, da destruição (para lembrar o título do livro), tem, todavia, uma história. É

uma linguagem que “faz da crise a maneira de operar o Estado” (STARLING, 2022, p. 85)⁶, quando põe em dúvida a legitimidade das eleições, ameaça a liberdade de informação, ataca direitos constitucionais, investe contra os demais poderes, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, e se ancora no sentimento de “ressentimento” para mobilizar uma massa que se sente injustiçada, criando uma utopia regressiva, dirá Heloísa Starling⁷; mas apesar de nova, é uma linguagem que encontra seu passado – seja utópico regressivo, seja concreto – nas Forças Armadas Brasileiras, ou, melhor, na maneira como a ditadura de 1964-85 está entranhada nas Forças Armadas:

A partir de 2018, Bolsonaro se transformou na versão bem-sucedida do espírito reacionário enraizado em um conjunto expressivo de patentes médias e inferiores que se entendiam ‘combatentes da revolução de 1964’ e estavam convencidas de que o ‘inimigo comunista’ é praticamente imortal (STARLING, 2022, p. 103).

Heloísa Starling lembra que o brado “Brasil acima de tudo”, que se tornou slogan no governo Bolsonaro, era o brado de alguns oficiais da Brigada Paraquedista que compunham um grupo paramilitar Centelha Nativista. Esses grupos paramilitares eram o “principal foco de ativismo das facções ‘linha dura’ durante a ditadura em 1964” (STARLING, 2022, p. 109), tanto do ponto de vista de um ativismo político, como da execução de ações armadas. A mais famosa ação do Centelha Nativista ocorreu em setembro de 1969 quando o grupo ocupou quatro andares do prédio da Rádio Nacional para publicizar um manifesto contra a Junta Militar – o objetivo era impedir a liberação dos 15 presos políticos libertados em troca do Embaixador norte-americano Charles Elbrick.

Por que a linguagem – da destruição – de Bolsonaro encontra eco na nossa sociedade? Ora, Marilena Chauí tem uma análise incontornável de como a *violência* é o tecido social no Brasil. Mas vale a pena olhar para essa ponta do iceberg que foi a ditadura para entendermos em alguma medida por que esse ideário de violência e destruição foi amplamente aceito e difundido por praticamente a metade dos cidadãos brasileiros. Como narramos os

⁶ Ver também p. 95.

⁷ Expressão que remete às análises de Marilena Chauí sobre o milenarismo no Brasil.

acontecimentos recentes do Brasil? Qual é a narrativa que entrou para a história? O que se conta sobre nossa história do século XX nas escolas e nos meios de comunicação de massa? O que se negociou quando foi negociada o fim da ditadura em 1985?

Quando um deputado federal elogia publicamente um torturador que torturou e matou presos políticos sob custódia do Estado em instalações do Estado – como consta no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – e nada acontece para impedi-lo, nem mesmo uma repreensão do Conselho de Ética do Congresso, qual a mensagem que está sendo disseminada pela sociedade brasileira?

Podemos nos perguntar: como é possível que um deputado federal faça a apologia da tortura dentro do Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo da República, num país que está em tempos de democracia?

Podemos nos perguntar: por que as Forças Armadas Brasileiras jamais vieram a público para fazer um *mea culpa* como no Chile ou jamais tiveram membros de seus quadros julgados culpados como na Argentina, por conta das torturas e mortes causadas durante seu governo.

Pode-se perguntar por que o Brasil permite que ex-torturadores ocupem cargos públicos ainda hoje. Pode-se perguntar há uma lei de Anistia no Brasil que anistia membros das Forças Armadas que jamais foram a julgamento, quando o instrumento de anistia é classicamente usado para aqueles que foram julgados.

O Brasil é único país do cone sul que viveu uma ditadura militar e permite todas essas absurdidades. O único no qual a presença das Forças Armadas no cenário político nacional é evidente – mais evidente em um governo como o de J. Bolsonaro, mas igualmente existente em outros governos democráticos depois da ditadura.

Nada disso parece nos espantar, mas como diria Modesto Carone sobre Kafka – e eu reitero sobre o Brasil –, “o espantoso é que o espantoso não espanta mais”. E já que estamos no registro de frases que sintetizam melhor do que qualquer discurso ideias fundamentais para compreendermos algumas situações, vale a pena lembrar a frase de Millôr Fernandes: o Brasil tem um longo passado pela frente”. O que fazer?

Conclusão: Carnaval, Carnaval, Carnaval!

Gostaria de concluir retomando o aforismo nagô que citamos antes: “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje”. Nomear as coisas por seus nomes, sem eufemismos; trazer as histórias não contadas à luz; resgatar essas histórias como histórias de resistência cujos agentes nunca pararam de atuar – podem mudar seus rostos, seus nomes, o tempo lógico linear em que vivem, mas estamos sempre aqui, resistindo, de muitas formas – eis o que propomos como tarefa, individual e coletiva, para reescrever o passado. É hoje que a gente pode mudar o passado. É disso que fala o orixá da contradição, Exu. Sim, porque o tempo não é linear como o pensamento ocidental e a filosofia canônica ocidental quis nos fazer acreditar e impor – “impor”, lembrem-se da ideia de que a todo sistema filosófico subjaz uma política, mesmo que impensada por esse sistema?

Uma anedota e uma poesia carnavalescas para terminar.

A anedota, fato concreto que vou chamar, com um profundo sentimento de reconhecimento e de alegria, de “a revolta dos cordeiros”, seguindo a sugestão da notícia que saiu na imprensa: os cordeiros do carnaval de Salvador se cansaram de ser cordeiros⁸. Para quem não sabe, os grandes blocos do Carnaval de Salvador, há décadas, contam com esses profissionais, chamados “cordeiros”, aqueles que seguram uma corda em volta dos foliões que pagaram (caro) por seus “abadás” para acompanhar o trio elétrico que traz uma das celebridades da Axé Music. Neste carnaval, muitos blocos ficaram, de maneira inesperada, sem esses profissionais, que trabalham para separar – vamos dar nomes? – os ricos, dos pobres. Separar quem pode pagar para ter acesso mais próximo ao trio elétrico, a água, a banheiro (dentro do trio) e espaço – concreto, físico, no chão – para pular, daqueles que são chamados “pipoca”, porque pulam apertados entre a corda e as construções da cidade, pelas avenidas em que os blocos desfilam. Os cordeiros pertencem, como classe, a boa parte da gente que pula como pipoca. Mas protegem a classe

⁸ <https://www.portalsalvadorfm.com.br/noticias/112180,a-revolta-dos-cordeiros-profissionais-abandonam-blocos-em-salvador-e-artistas-ficam-em-saia-justa> consultado em 25/2/2023.

Para quem se interessa no assunto, o documentário “Cordeiros no carnaval de Salvador” conta um pouco da história dessas pessoas <https://www.youtube.com/watch?v=au2cV8oIoh8>

dominante, que não se mistura (deve-se dizer que entre os “protegidos” pela corda, boa parte é composta pela classe média, muitas pessoas pagam a prestação seu direito de pular dentro das cordas... marom4m49t2 tis Marilena Chauí já nos ensinou de maneira contundente o que é a classe média numa sociedade de classes, ela se identifica com a classe dominante, embora faça parte da classe trabalhadora, então não vamos nos alongar neste assunto).

Por que essa anedota? Porque me alegra enormemente a possibilidade de que que, de maneira inesperada, um grupo, que só existe no momento do Carnaval, possa se revoltar e se unir contra as péssimas condições de trabalho muito mal remuneradas. Alegra-me a possibilidade de revolta, mas sobretudo a de união e de reconhecimento de si como um grupo com seus pares.

A corda é um símbolo da sociedade baiana, separando a elite do povão. Mas, dirão, “ora, o povão pode pular também, como pipoca. E os cordeiros ainda recebem dinheiro para acompanhar artistas reconhecidos internacionalmente!”. Uma hora a corda arrebenta. E quem parecia pacífico como um cordeiro, pode pacificamente demonstrar sua revolta.

A poesia: os enredos das escolas de samba do Rio de Janeiro no carnaval de 2023. Eu poderia citar:

- O enredo da Unidos da Tijuca - “É Onda Que Vai... É Onda Que Vem... Serei A Baía De Todos Os Santos A Se Mirar No Samba Da Minha Terra”, que exalta a Bahia e fala dos tupinambás, caboclos, tal como os orixás e santos;
- O enredo as Acadêmicos do Grande Rio - “Samba do Quintadinha de Erê”:

Ê, que bela quitanda, quitandinha de erê

Seu balançê tem quitandinha de erê

Ô Zeca, tu tá morando onde é?

Saí com meu povo a te procurar

Botei minha cerva na encruzilhada

Pra moça da Saia Rodada e pro homem da Capa

Cadê você?

É alvorada do seu padroeiro

*Pra agradecer
Ao mensageiro de São Jorge guerreiro
Tem patuá pra proteger
E tem mandinga no Velho Engenho
Quem tem um santo poderoso, que é Ogum?
Eu tenho*

- O enredo da Santa Cruz:

[...]

*Omama emana fé
Xapiris é minha visão
Ao canto e a dança invoca xamã
O bem vence o mal por um novo amanhã*

*Na aldeia a sabedoria
Rituais, harmonia
Um tesouro a preservar
E no afã de um novo mundo
A ganância navegou
Dizimando o paraíso
Yanomami chorou
Na lança a bravura guerreira
Ainda hoje vejo a devastação
Resplandece a consciência
A Amazônia é o pulmão, é resistência*

• O samba enredo vencedor, da Imperatriz Leopoldinense - “O Aperreio Do Cabra Que O Excomungado Tratou Com Má-Querença E O Santíssimo Não Deu Guarida”: sobre os cordéis nordestinos ao carnaval do Rio de Janeiro, contando a chegada de Lampião e Virgulino da Silva Ferreira ao céu e também ao inferno.

• O da Beija-Flor de Nilópolis - “Brava Gente! O Grito Dos Excluídos No Bicentenário da Independência”: sobre a “verdadeira” independência do Brasil, a expulsão das tropas portuguesas da Bahia, em 1823, que em 2023 completa 200 anos, transformando o desfile em um ato cívico.

• O da Unidos do Viradouro - “Rosa Maria Egípcia”, que trazida da África para o Brasil em 1925, foi a primeira mulher negra a escrever um livro.

Mas quero concluir com o samba da Estação Primeira de Mangueira - “As Áfricas Que A Bahia Canta”:

*Toda mulher é flecha da evolução
Que Exu abra nossos caminhos
E faça do quilombo verde e rosa
Um palácio de toda rainha preta
Mangueira, onde o Rio é mais baiano
Eparrey, Oyá*

*Oyá, Oyá, Oyá, eô
Ê matamba, dona da minha nação
Filha do amanhecer, carregada no dendê
Sou eu a flecha da evolução
Sou eu, Mangueira, flecha da evolução*

*Levo a cor, meu Ilú é o tambor
Que tremeu Salvador, Bahia
Áfricas que recriei, resistir é lei
Arte é rebeldia
Coroadas pelos cucumbis
Do quilombo às embaixadas
Com ganzás e xequerês fundei o meu país
Pelo som dos atabaques canta meu país*

*Traz o padê de Exu
Pra mamãe Oxum tocar o ijexá
Rua dos afoxés, voz dos candomblés
Xirê de orixá*

*Traz o padê de Exu
Pra mamãe Oxum tocar o ijexá
Rua dos afoxés, voz dos candomblés
Xirê de orixá*

*Deusa do Ilê Aiye, do gueto
Meu cabelo black, negão, coroa de preto
Não foi em vão a luta de catendê
Sonho badaué, revolução didá
Candace de Olodum, sou debalê de Ogum
Filhos de Gandhi, paz de Oxalá*

*Quando a alegria invade o pelô
É carnaval, na pele, o swing da cor
O meu timbal é força e poder*

*Por cada mulher de arerê
Liberta o batuque do Canjerê*

*Eparrey, Oyá
Eparrey, mainha
Quando e verde encontra o rosa, toda preta é rainha
Eparrey, Oyá
Eparrey, mainha
Quando e verde encontra o rosa, toda preta é rainha*

*O samba foi morar onde o Rio é mais baiano
O samba foi morar onde o Rio é mais baiano
Reina a ginga de Iaiá na ladeira
No ilê de Tia Fé
Axé, Mangueira*

[...] Segura que eu quero ver (eu também).

O Carnaval brasileiro é político e é lugar de criação de outras histórias. A historiadora Beatriz Nascimento sabia disso, quando lembra, em seus textos e na narração em *off* que percorre todo o filme *Ori* de Raquel Gerber, lembra que o quilombo, como lugar de resistência, ainda está vivo hoje, por exemplo das escolas de samba. É assim que se diz que “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje”. Axé!

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. “Tempo e história. Crítica do instante e do contínuo”. In: *Infância e história. Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BIGNOTTO, N. “Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo”. In: STARLING, H.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. *Linguagem da destruição. A democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CHAUÍ, M. “Brasil: mito fundados e sociedade autoritária”. In: *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013b.
- CHAUÍ, M. “O homem cordial, um mito destruído à força”. In: *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013a.
- DELEUZE, G. *Cursos sobre Leibniz – El Leibniz de Deleuze*. Buenos Aires: Editora Cactus, 2006.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- GONZALEZ, L. "A mulher negra na sociedade brasileira". In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima, Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.
- GONZALEZ, L. "Cultura, etnicidade e trabalho". In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.
- GONZALEZ, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c.
- NOVAIS, F. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- SODRÉ, M. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SPIVAK, G. "Quem reivindica alteridade?" In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- STARLING, H. "Brasil, país do passado". In: STARLING, H.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N., *Linguagem da destruição. A democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Recebido em: 10/06/2023

Aprovado em: 15/07/2023

Tessa Moura Lacerda

Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de Filosofia da mesma universidade.